
Parte IV
Ação social na cidade:
“experienciação” do tecido urbano

Interação social no espaço urbano: encontros ou confrontos?

☞ Tamara Tania Cohen Egler*

Em poucas palavras, a reflexão que procuro trazer apóia-se na constatação de que, no presente, o espaço, como objeto de estudos, é sobretudo um conjunto de idéias que conduzem à compreensão de diferentes formas de produção, representação e apropriação da materialidade. Espaço é uma categoria abstrata que se constitui em ferramenta teórica, permitindo-nos observar e analisar a concretude do processo social.

Para participar do desafio representado pela compreensão do espaço, o estudo proposto tem por objetivo refletir sobre a importância do pensamento na produção e na apropriação das formas físicas e aparentes das cidades. Pensar é associar idéias que permitem a construção de um objeto, idéias que permitem a compreensão do mundo. É nesse movimento de pensar e agir, apreendido por Hannah Arendt (1993, 1994), que se constrói o conhecimento sobre os objetos e que são formados valores que movem a ação social. Tal movimento é composto de dois elementos, um cognitivo, articulado prioritariamente à produção do espaço, outro configurado por sentimentos, vinculado, sobretudo, à apropriação do espaço.

* Arquiteta, Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora CNPq. Editora do Prêmio Möbius na América Latina (multimídia).

Ao pensar esse movimento em nossas cidades, surge o desafio analítico relativo ao desvendar das formas sociais do pensar e agir, articuladas a idéias socialmente compartilhadas. Para o enfrentamento desse desafio, é necessário dar a conhecer elementos invisíveis que estão associados à história das cidades, plasmados em suas formas físico-territoriais. Nesse ato, é indispensável preservar a compreensão de que a cultura é a alma, a inteligência, que conduz a ação dos homens na produção do espaço em suas formas físicas e sociais e em seus movimentos de apropriação da materialidade.

Idéias e espaço

O pensamento nos permite iluminar a realidade para agir sobre ela e transformá-la. Podemos pensar o espaço como um processo que, em sua totalidade, se apresenta como um rosa. Em cada momento histórico, encontramos uma compreensão predominante do processo espacial, constituindo-se em uma descoberta a decomposição analítica possível da sua totalidade, em que cada camada de pétalas representa uma parcela de conhecimento sobre o espaço.

Na metáfora da rosa, os elementos que formam o pensar, em cada camada de pétalas, correspondem a orientações analíticas que conduzem à compreensão de faces da totalidade, sempre inacessível e infinita. Pensar o espaço é, portanto, compreender, a cada momento, as formas que realizam seus elementos constitutivos, onde a história do pensamento avança na tarefa de precisar a natureza dos conceitos que iluminam a compreensão (Arendt, 1993; Santos, 1996).

As camadas especializadas de conhecimento são, portanto, orientações que conduzem à compreensão possível de um objeto complexo. Essas camadas não são excludentes. Ao contrário, em cada momento histórico, existem formas em disputa, mas também complementares, de perceber, conceber e interagir. A importância das idéias, em articulação ou confronto, está diretamente associada à capacidade de produzir e transformar a vida urbana. Assim, a cada período, emerge um conjunto de idéias que estrutura e apóia ações transformadoras.

O pensar antecede o agir. Essa relação pode ser lida em diferentes escalas, no indivíduo, na família, na comunidade, na cidade. Em cada escala, são construídas relações que conduzem à especificidade da formação dos seres sociais que compõem a totalidade histórica. Estamos, portanto, diante, mais uma vez, de dois processos: um primeiro, de natureza espacial, compreendido em suas diferentes escalas, e um segundo, temporal, compreendido nos diferentes momentos históricos, transformadores de idéias e ações.

Isso quer dizer que cada relação espaço-temporal corresponde a uma diferente forma de pensar, compreender e transformar a vida urbana. Interessa reconhecer, portanto, os movimentos históricos que conduzem e alimentam a

nossa própria compreensão da experiência urbana. Compreender o espaço é observar, de início, as suas formas físicas e aparentes. A arquitetura, como a arte de criar o ambiente construído, e a geografia, que tem por objeto de estudo as formas físicas da terra e a sua ocupação pelos grupos humanos, são as disciplinas que se dedicam à tarefa de decompor, analiticamente, as determinações físicas e materiais das formas aparentes, da paisagem.

Na observação da materialidade, a economia avança no sentido de desvendar as formas de produção do espaço. Compreender o papel do homem como agente responsável pela formação do ambiente construído impõe o reconhecimento das formas de organização dos processos de trabalho, dos meios e instrumentos da produção do espaço.

Na complexidade do fato espacial, as formas aparentes são insuficientes para compor o quadro permanente dos processos de apropriação, que fundamentam os usos do espaço. O processo de produção em si carece de elementos analíticos que permitam apreender a complexidade das relações sociais, contidas na relação, aparentemente singela, do indivíduo com o espaço urbano. Trata-se de indagar a respeito das múltiplas relações sociais contidas nesta última relação, cuja complexidade permanece em geral oculta.

Estamos diante de processos relacionados aos usos imediatos do espaço que, na sua forma mais geral, podem ser apreendidos através da análise da divisão social do espaço, da localização das diferentes classes sociais no espaço urbano. Mais do que essa relação imediata sociedade-espaço, a nossa indagação volta-se para os processos em que se manifestam as relações de apropriação das condições de vida concentradas na cidade. Na sua concepção mais clássica, a apropriação está associada ao lugar que as diferentes classes sociais ocupam no processo de produção. Nessa concepção, o espaço também é lido como uma mercadoria, apropriada a partir dos diferentes rendimentos de indivíduos e famílias.

Entretanto, mais do que um processo que decorre direta e exclusivamente dos rendimentos econômicos, a relação social no espaço responde por uma complexa teia de instâncias, associadas a formas particulares, historicamente variáveis, de dominação. Certamente as relações de dominação econômicas são as mais aparentes e claramente perceptíveis. Para nós, interessa, porém, observar as formas de dominação que se realizam, de maneira difusa e genérica, nas relações espaço-temporais vividas na cidade e que correspondem à dominação especificamente simbólica.

Pelas das relações espaço-temporais se realizam fluxos imateriais, expressivos de como se observa, compreende e interage. Tais relações manifestam-se através de trocas seletivas e hierarquizantes. É por essa razão que é relevante refletir sobre processos que, comandados pela subjetividade dos sujeitos, compõem a totalidade do universo analítico indicado pelo conceito de espaço.

Milton Santos, em sua proposta teórico-analítica do espaço, mostra-nos como podemos elencar conceitos / processos articulados a objetos, fluxos e ações. Essa proposta ilumina o objeto espaço e abre caminhos analíticos amplos. O espaço é constituído pela totalidade das ações dos homens, produtoras de objetos que são trocados através de fluxos. A infinidade de objetos resulta de diferentes procedimentos técnicos produtores da materialidade. Esses fluxos também são de duas naturezas: a primeira, material, e a segunda, simbólica.

Estar no espaço, e ser através do espaço, é inscrever-se em um fluxo ininterrupto de trocas com elementos componentes da materialidade. É a prática social que realiza, portanto, a totalidade do processo espacial. A decomposição dessa totalidade nos permite a abstração dos seus elementos constitutivos, estimulando a proposição de conceitos.

As ações de troca se realizam através de fluxos, constituindo o meio técnico-simbólico que constrói o espaço urbano. Quando, por exemplo, se manifesta uma relação de exclusão, as formas materiais são o referente imediato, como demonstra a ocupação do espaço periférico de uma cidade, ali onde estão rompidas ou reduzidas as relações de troca com o centro das atividades. Estar excluído, e ser excluído, é ocupar um espaço à parte, onde a interação é impedida ou reduzida.

A troca é uma ação social cuja análise orienta a compreensão do espaço. A relação social, em sua primeira estruturação, é exatamente uma ação de troca, com a materialidade e intersubjetiva. Podemos pensar, assim, que a produção dos objetos pode ser lida como relações de troca, configuradoras do processo espacial. Assim, a produção capitalista ancorada em uma forma de organização que se realiza pela relação capital - trabalho pode ser entendida, também, pela troca desigual e preservadora da desigualdade, na qual o salário expresso em dinheiro plasma os elementos de permanência dessa relação, construindo o contexto que a reproduz.

Os homens constroem os objetos através do dispêndio de sua força física e criativa e recebem em troca um salário. A desigualdade entre força despendida e salário revela a relação de dominação. É por essa razão que Baudrillard (1999) indica a impossibilidade de mensurar as relações econômicas, considerada a importância e a complexidade dos seus elementos simbólicos. Mais claramente, a economia pretende dar conta das relações de produção através da quantificação das trocas que se realizam entre os homens na produção de mercadorias, o que exige a introdução de equivalentes. Na formulação do autor citado, a possibilidade do equivalente não existe; sendo, portanto, a quantificação da relação social de troca uma ilusão.

Para avançar na compreensão dessa relação, podemos refletir sobre as diferentes instâncias da relação de troca, iluminadas pela análise espacial. O

espaço é esse objeto reflexivo que resulta de ações que (re)produzem objetos e expressam (des)afetos. Entender como se realizam as trocas de objetos e emoções entre os homens pode nos conduzir ao entendimento da natureza das relações espaciais, ao mesmo tempo em que a compreensão dessas relações é indispensável à compreensão da realidade social.

A cidade como lugar do encontro

Neste estudo, preocupa-nos a reflexão da natureza da relação espacial que faz da cidade um lugar do encontro. Encontrar é trocar, envolvendo a experiência do estar junto em um mesmo lugar. Quando se trata de relações afetivas, dizer que foi um encontro inesperado é expressar o acaso que reuniu, em um mesmo lugar, duas pessoas com capacidade de troca entre si.

Podemos pensar em outras escalas, por exemplo, na família. É possível observar como se manifesta o encontro dos seus membros, instaurando relações sociais que são espaço-temporais. Na microescala da casa, a sala é o lugar do encontro da família; ali onde se dispõe de um mobiliário próprio à função do permanecer. Estar, ficar e encontrar são processos da vida cotidiana que reproduzem valores e atualizam a materialidade.

Nos edifícios, também podemos observar espaços de encontro. Na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, no projeto do professor Vilanova Artigas, a concepção espacial traduz o anseio por um espaço que permita, simultaneamente, deslocamentos e encontros. Os planos constitutivos do edifício, ligados por larga rampa, fazem do percurso um lugar de encontro, onde são trocadas idéias e construídos conhecimentos.

Assim, projetar e construir um espaço físico é prever um conjunto de ações plasmadas em processos espaciais. Prever e projetar o espaço do encontro é perceber para além das funções imediatas do objeto, de natureza sociopolítica ou econômica. Por exemplo, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenhada a partir de uma espinha dorsal, os corredores interligam, apenas, um conjunto de salas de aula. Nesse espaço, só há abrigo para uma certa concepção de trabalho e ensino, sendo os corredores lugares reservados ao deslocamento, por onde as pessoas passam e não permanecem. Não existe nenhum lugar para o encontro, portanto.

Em Brasília, a concepção espacial remete a fluxos entre objetos. Gosto de pensar Brasília como a cidade dos objetos – edifícios e automóveis. Essa percepção corresponde aos comentários correntes de que, em Brasília, não existem esquinas, impedindo ou criando obstáculos ao estar (e ser) na cidade. A concepção espacial valoriza, apenas, as formas materiais. Brasília é a cidade industrial por excelência, ainda que a indústria esteja ausente. Trata-se do produto

de uma forma de pensar, de um desenho que pressupõe a igualdade homogeneizante, a padronização; sendo os objetos materiais considerados os elementos centrais do processo espacial. Nessa concepção de cidade, a vida urbana é configurada como um conjunto de objetos, móveis e imóveis.

Entretanto, o espaço é o resultado e a condição da totalidade das relações sociais, devendo ser criados os projetos que abriguem esse acontecer ininterrupto. Para tanto, é preciso observar, conhecer e viver o espaço social, indo além do espaço físico, dos objetos móveis e imóveis. O espaço é uma totalidade social plena, onde são trocados (em direção à preservação ou à mudança) objetos, idéias, intenções e afetos.

A praça é, historicamente, o lugar reservado ao encontro, o grande espaço dedicado ao estar na cidade. A praça da cidade é a sala do apartamento, mudando-se as escalas de observação e análise. São tradicionais as praças que reúnem comunidades, nas quais são procuradas referências para a ação social e se encontram as tribos urbanas. As comunidades urbanas, sempre cambiantes, se reconhecem e escolhem o seu lugar de permanência na cidade. Para cada canto, para cada “pedaço”, um grupo – que terá ou não o seu direito de estar (e ser) legitimado e reconhecido. A identidade, construída pelo reconhecimento das próprias representações e das do outro, possui referentes nos diferentes lugares da cidade.

Praias, esquinas, clubes, igrejas, centros culturais e organizações políticas se constituem em lugares onde acontece o encontro de indivíduos. As formas de encontro, permitidas a cada período, podem ser lidas ao longo do processo histórico e estão associadas ao conjunto de idéias que fazem o espírito do lugar. Podemos refletir, assim, os processos espaciais também como manifestações culturais que produzem objetos e sentimentos / ações dirigidos ao encontro.

A cultura é a inteligência viva e vivenciada. Esse movimento analítico conduz à compreensão de desafios contemporâneos condensados nos espaços urbanos. Podemos dizer que existe, para cada sociedade e a cada momento, um conjunto determinado de condições de compreender, sentir e agir nas oportunidades oferecidas pelo espaço, ao mesmo tempo em que o espaço, em sentido pleno, expressa as formas de apropriação dessas condições.

Um exemplo poderia ser oferecido pela sociabilidade instaurada no metrô de Paris, e sorrio quando me lembro de um ônibus no Rio de Janeiro. A cultura da vida cotidiana certamente é profundamente distinta nessas duas cidades, o que transparece nas relações espaço-temporais. Nenhum gesto, sorriso, palavra que promova a quebra de barreiras sociais, no primeiro caso, sendo assim retido o exercício da fala que poderia, ou não, conduzir ao encontro.

A interação social aparece, portanto, nessa orientação analítica, como resultado de um conjunto de idéias e condições físicas (e simbólicas),

possibilitando e expressando encontros e ou confrontos, ambos expressivos de representações sociais. A interação social envolve, portanto, uma ação que resulta de uma relação e que, ao mesmo tempo, configura a natureza desta. Estamos pensando, assim, em um espaço que pode ser percebido pela ação social. Este é um espaço simultaneamente exterior e interior aos indivíduos, sendo constituído pela articulação de elementos que compõem a compreensão possível da ação do outro. O espaço, nessa concepção, é configurado (e configurador) de trocas entre os membros de um coletivo instável. O gesto, a expressão, a fala constituem uma totalidade analítica tecida por sentimentos, emoções e percepções.

É nessa totalidade, composta de objetos e ações, que vamos encontrar processos de criação, produção e reprodução que desenham os contornos da inteligência coletiva. O conjunto desses elementos produz (e expressa) sentimentos que podem ser socialmente apreendidos, inclusive através da apropriação social do espaço.

Refletir o espaço urbano da sociedade industrial foi, sobretudo, observar analiticamente o espaço de construção de uma sociedade ancorada nos processos de organização e realização da produção material. Foi possível, assim, analisar o espaço em suas múltiplas determinações produtivas a partir da fábrica, da organização do trabalho, e dos processos materiais correlatos e decorrentes da acumulação capitalista em todas as suas formas e dimensões: singularidade produtiva, complexidade da produção ampliada, voracidade capitalista nas formas de apropriação da natureza. Foram realizadas inúmeras interpretações do processo espacial à luz das formas de produção da materialidade.

Emergem, hoje, novas necessidades analíticas. Assim, quando procuramos entender os elementos contidos nos espaços de troca, posicionamo-nos em um patamar que antecede (e envolve) a ação produtiva. Esse patamar incorpora idéias coletivas, compostas por conhecimento técnico e sentimentos. Desse patamar, resultam percepções condutoras de diferentes formas de ação, sendo gerados encontros e confrontos que constituem a vida urbana.

Além de lugar da produção material, a cidade é um conjunto de representações que permitem (ou impedem) ações. Assim pensada, a cidade industrial pode ser compreendida, prioritariamente, pelas trocas econômicas e intelectuais que configuram as necessidades coletivas associadas ao estar (e ser) na cidade. A “desindustrialização”, observada nos grandes centros urbanos, instaura um novo período em que a ação adquire novas dimensões, abrindo a percepção da troca para outras instâncias do espaço.

Cultura da exclusão

A exclusão é a experiência que se opõe à interação. Interagir é fazer junto; excluir é eliminar a oportunidade da troca, é impedir a participação. Na cidade, o processo de exclusão deve ser lido como aquele que expulsa segmentos da população das possibilidades do encontro. O estudo do processo de exclusão na cidade industrial, e particularmente na América Latina, esteve dedicado à análise do processo de produção do espaço urbano.

A cidade informal, ilegal, constitui um dos objetos mais relevantes dos estudos dirigidos à compreensão do processo de produção da cidade capitalista. Nesses estudos, encontramos explicações vinculadas à desigualdade da renda, à estrutura de salários, às formas de inserção no mercado de trabalho, aos rendimentos fundiários. Tais estudos privilegiaram elementos do processo espacial resultantes da produção material, quer seja em um olhar analítico que valoriza os elementos da produção de mercadorias em geral, quer seja em uma orientação que acentua a produção do marco construído.

Porém, foram raros os estudos que valorizaram as formas culturais da exclusão social, cuja compreensão depende da análise das representações que conduzem (e reproduzem) a ação social que elimina a interação. Na história, encontramos idéias e ideários que legitimaram a ação social excludente, configuradora das cidades brasileiras. Da senzala aos mocambos e favelas, tivemos o acompanhamento e a presença de representações sociais que orientaram e sedimentaram a formação do espaço da exclusão. Aos trabalhadores não cabia estar (e ser) no centro dos acontecimentos – o mocambo ao fundo da Casa Grande, a favela fora da cidade ou o mais escondida possível. Formas espaciais distintas que revelam as formas sociais assumidas historicamente pela exclusão social, como idéia e sentimento.

Interagir é fazer junto; excluir é eliminar do espaço de ação coletiva. Podemos observar dimensões da vida cotidiana através desses conteúdos orientadores de relações espaço-temporais. A exclusão decorre de relações sociais culturalmente orientadas que hierarquizam classes, segmentos e grupos sociais, externalizando os dominados do centro dos acontecimentos, das arenas de decisão.

Podemos ir além e mostrar como a exclusão tem sua origem no conjunto de idéias que dominam formas de pensar e de produzir a materialidade. O espaço é o cenário onde as relações de exclusão são apresentadas e representadas. Quando Sônia Ferraz (1999) faz a análise dessas relações, desvenda os caminhos invisíveis que tornam claros os processos simbólicos da exclusão social, que vão além da localização do cortiço ou da favela na estrutura urbana.

Os processos de exclusão podem ser reconhecidos em diferentes escalas do social: da relação institucional à familiar e afetiva. O movimento dos homens

pode ser percebido nos múltiplos processos de inclusão e exclusão social, manifestos nos diferentes espaço - tempos do processo social e estruturados em sentimentos e objetos.

Os objetos expressam necessidades. Assim, além do seu valor de troca, temos memória e símbolos, manifestos na consciência coletiva e que têm, portanto, significados socialmente reconhecidos. Essa é uma forma de analisar os objetos, posicionada para além de suas determinações materiais, valorizando sua importância no campo simbólico.

O simbólico é a expressão de relações espaço-temporais que envolvem sentimento e emoção. Quando Ferraz (*op cit*) analisa essas relações, esclarece como o processo de exclusão social dos favelados da cidade do Rio de Janeiro está ancorado na difusão, pela imprensa, de um ideário de exclusão dos habitantes das favelas dos direitos de cidadania. O estudo realizado por essa autora demonstra, através da análise do discurso, a propagação de idéias nas quais as favelas são sistematicamente representadas como comunidades violentas, que devem ser excluídas do convívio social. Trata-se, pois, de estímulos a sentimentos que conduzem a ações de eliminação dessas comunidades dos espaços de troca, da interação social. Não se trata apenas de um lugar no urbano, mas de uma relação social prioritariamente conduzida pela idéia da exclusão.

Na complexidade do fato espacial, coexistem idéias, objetos, ações e sentimentos que determinam lugares materiais e simbólicos, que (re)produzem a interação e a exclusão. Estando diante, por exemplo, de uma instituição de produção do conhecimento, também podemos observar processos e procedimentos de inclusão, apropriação e exclusão. Para analisar essas relações, Couto (1999) propôs o estudo da apropriação do trabalho intelectual e da expropriação dos produtores. Sua análise demonstra processos de exclusão, apreendidos no reconhecimento dos pares – para os verdadeiros produtores do conhecimento, a usurpação do reconhecimento. Essas são relações sociais perversas, espaço-temporais, associadas à usurpação do processo criativo.

O nazismo é a exclusão pela industrialização da morte. Para realizar um processo de exclusão de uma nação de homens, a ideologia nazista conduziu ao extermínio e ao assassinato em massa. Para tanto, foi necessário, por um lado, fragilizar essa nação através de um conjunto de leis excludentes, que definiam espaços de estar (de ser), formas de conviver e de casar, processos de trabalhar e de sobreviver, ancorados em um ininterrupto movimento de exclusão social. E, por outro lado, difundir a idéia de que a nação de homens judeus era formada por seres inferiores, que deveriam ser eliminados. Na história da humanidade, foi possível instaurar uma ideologia justificadora da indústria da morte, excluindo uma nação inteira do direito à vida (Rabinovitch, 2000).

Na análise das relações afetivas, Giddens (1993) trabalha com o conceito de compartilhamento, como espaço dividido, demonstrando que compartilhar é partilhar com, é dividir o produto igualmente. Esta análise expressa a sabedoria do autor ao valorizar o precioso universo da relação afetiva, demonstrando como os casais podem ser analisados a partir da diferença na forma de partilhar a vida – os que compartilham e os que não compartilham. Compartilhar no casamento é pensar, criar, falar e agir junto no mesmo lugar e numa mesma direção. Trata-se de construir o espaço do mútuo, no qual a fala antecipa a decisão e expressa o compartilhamento na ação.

Nas diferentes escalas do social, podemos identificar os mesmos processos de exclusão e interação. Excluir é impedir que o outro participe da ação. Interagir é permitir e realizar a ação coletiva, o que pode ser compreendido nas dimensões singulares e coletivas do processo social.

Interação e encontro no urbano

Estar no mesmo lugar e agir positivamente face ao outro significa participar de um espaço de interação. No urbano, os espaços de interação podem ser observados nas múltiplas manifestações do estar (e ser) na cidade. Para formular a análise, podemos pensar que encontrar é estar junto, trocar objetos e afetos de forma igualitária. Dessa forma, o espaço urbano pode ser compreendido como um lugar onde se criam espaços de encontro e de desencontro. Os espaços urbanos são historicamente determinados e podemos pensar como neles se manifestam diferentes escalas do agir. Por exemplo, na sala da casa, no bar da esquina, na igreja, na praia, acontecem encontros e confrontos que articulam diferentes espaços públicos e privados, de forma mais ou menos transitória.

Podemos também pensar que existem cidades onde o encontro faz parte, mais intensa, da vida cotidiana. Na cidade do Rio de Janeiro, podemos observar como, na recente política de desenho urbano, foram valorizados espaços públicos dedicados ao encontro, como o tratamento das orlas e da lagoa Rodrigo de Freitas. Espaços abertos da cidade que foram tratados como lugares do encontro. Estas são formas aparentes cuja apropriação social precisa ser analisada.

Quando Milton Santos (1996) analisa as formas de viver o cotidiano das classes populares, observa como, nos bairros populares, o movimento das pessoas é mais intenso, as casas mais próximas e as interações mais espontâneas. Certamente o encontro é uma forma de ação social que faz o estar junto. Nos bairros populares, estar junto é uma prática social expressiva (e construtora) de qualidades do cotidiano.

As festas como o Carnaval ou o Reveillon, na cidade do Rio de Janeiro, promovem encontros e constituem um espírito de comemoração coletiva que

traça contornos da cultura do lugar. As cidades vivem e convivem, assim, em sua própria identidade, orientando a ação social. Afinal, o espaço social resulta da (e permite a) troca entre seres sociais. Na vida cotidiana, o encontro se manifesta de diferentes maneiras, pressupondo a inclusão, no agir coletivo, de segmentos da população urbana. Incluir é fazer participar de um mesmo processo; o que, por vezes, apenas acontece por ocasião das grandes festas quando barreiras físicas e sociais são quebradas.

O sol, a praia e o mar fazem do Rio de Janeiro um lugar idealmente do encontro, manifesto na cultura do corpo, na música e na dança. As festas de rua, como os blocos de carnaval, são práticas urbanas populares transferidas para os bairros de classe média. Como percebe Carlos Lessa (1999), no Rio de Janeiro, em alguns períodos, a elite subiu o morro e alcançou os bairros populares. Esse autor observa, portanto, uma possibilidade de inversão, quando registra que foram as elites, no que concerne ao encontro, que se apropriaram de práticas populares.

Encontrar e festejar são elementos de um mesmo processo de apropriação social do espaço. Significa, em sua essência, ser potencialmente incluído, participar de forma igualitária de um evento. O encontro está associado ao acontecimento, que se constitui em uma forma de refazer o cotidiano, de reinventar e de reviver, interrompendo, ainda que por pouco tempo, a reprodução da exclusão. Trata-se de momento de renovação da vida. Todos gostam de viver um novo encontro, que promete alterações e uma nova cotidianidade. Os encontros afetivos têm essa virtualidade, propondo novas formas de vivência e outros companheiros para a vida cotidiana. O exercício da felicidade muitas vezes é composto dessa expectativa, trazendo a promessa da mudança e da transformação. Ou como Vinícius dizia: “a vida é a arte do encontro, embora haja tantos desencontros pela vida.”.

Interação e confronto no espaço urbano

Confrontar é colocar em oposição. Trata-se de relações espaço-temporais que expõem contrários e contradições, através de múltiplas formas de dominação que impõem representações sociais que não fazem parte, necessariamente, do pensamento coletivo. Trata-se muitas vezes de obrigar a escolha de uma alternativa de ação que não corresponde à construção da vontade social. Assim, o confronto de idéias freqüentemente se limita, na verdade, a ser um exercício que visa a legitimar a eliminação do opositor.

No espaço de interação, o confronto pode ser conduzido, apenas, para que ocorra a dominação de uma das partes, quando estão sendo decididos os rumos da ação coletiva. Confrontar, menos que um saudável exercício democrático,

pode, portanto, ser apenas um mecanismo estrategicamente utilizado para fazer valer um conjunto de idéias que, efetivamente, não são compartilhadas. Assim, em vez do diálogo das diferenças, tem-se o resultado de que a escolha de uma das partes antecede (e prepara) a eliminação da outra. Trata-se, portanto, de uma disputada dirigida à ocupação da totalidade do espaço social.

Dominar é estabelecer o domínio sobre a ação do outro, pela manipulação e racionalização de processos coletivos. O confronto tem por objetivo, com frequência, transformar em ação uma idéia que não é compartilhada, o que é completamente distinto do protesto que resulta da indignação e do sentimento de injustiça. No espaço da interação, quando a troca é possível, porém não realizada, o confronto é o exercício da violência, configurando um processo dirigido à dominação através do discurso, da representação e da ação.

Na história das idéias, encontramos formulações nas quais o confronto é compreendido como uma necessidade irrecusável, cuja satisfação conduziria à transformação social. A alteração das relações de dominação é lida como resultado da força política e das relações de oposição que podem alterar as formas da dominação social, apreendidas prioritariamente nas relações econômicas. Essas formulações deixaram ocultas numerosas outras relações de dominação em que as mesmas táticas e estratégias podem ter efeitos completamente invertidos. Assim, durante muitos anos, o pensamento social valorizou, quase exclusivamente, a idéia do confronto como um caminho para a emancipação, sem que outras possibilidades fossem examinadas.

Confrontar, entretanto, é uma ação social com resultados complexos, podendo gerar o reforço da dominação. Dominar é exercer o poder de forma a que a outra parte seja completamente subordinada a uma ação que não lhe é própria. Implica a perda da liberdade de ação (Arendt, 1994) para alguns, o que conduz ao sofrimento, imobilizando a face criativa da ação social e obrigando o outro a ocupar um lugar que não lhe é próprio. Dominar é congelar as relações espaço-temporais, imobilizando o percurso e impondo uma vontade que não resulta em compreensão e aceitação.

Trata-se, portanto, de opressão. Eu pergunto: será possível oprimir para emancipar? Estar aprisionado é perder o domínio, as relações espaço-temporais. No livro e CD ROM *Valetes em slow motion*, Kiko Goifman (1998) apresenta as condições do encarceramento. Nesse estudo, o prisioneiro surge como um indivíduo que é impedido de viver o acontecer no espaço, que se realiza no tempo. A imagem mais forte dessa análise surge quando um dos depoentes relata que, para passar o tempo, fere o dedo e observa o gotejar do sangue. Estar aprisionado é perder a liberdade de ação no espaço e tempo.

O confronto pode ser lido em diferentes objetos e ações: no espaço urbano, no institucional, no familiar e no afetivo. Em todo movimento cotidiano,

podemos ver, ler e sentir as relações de confronto. Todos os dias, em numerosas situações, o confronto predomina nas idéias, representações e ações. Na cidade, confrontamos cotidianamente com todos aqueles que têm objetivos diferentes dos nossos, em todos os domínios: na luta pelo trabalho, pela informação, pela cultura e na esfera da política. As diferenças de idéias e de desejo manifestam-se diariamente na forma do confronto e do exercício da dominação.

Para dar conta dessas diferenças, onde cada cabeça é uma sentença, vamos reconhecer processos e procedimentos que estabelecem as condições para o exercício da dominação. Primeiramente, cabe observar que, nas situações em que não é possível obter o consenso, o confronto aparece, de imediato, como uma relação positiva, catalisadora de energias sociais.

A idéia predominante de democracia é exatamente essa, a escolha de uma idéia ou ação que seja observada pela maioria. O confronto de idéias e projetos emerge, então, como a forma legítima de tratamento das diferentes vontades que conformam o coletivo. A igualdade é compreendida, nessa concepção, como resultado do confronto, que garantiria a defesa do desejo da maioria.

Coerentemente com essa orientação analítica, o urbano foi compreendido pela teoria dos movimentos sociais como o lugar da luta pelo espaço. O confronto passa então a ser apreendido como único destino da luta legítima, conduzindo à transformação das formas desiguais de acesso aos bens coletivos. A cidade é compreendida, quase exclusivamente, como o lugar da luta e do confronto, onde a conquista dependerá da capacidade de impor desígnios condutores da ação social. Foram esses fundamentos que orientaram as formas de organização da sociedade na esfera da política, reunindo a força coletiva necessária ao confronto com o Estado, no sentido de garantir investimentos públicos em benefício dos excluídos.

Nessa formulação, existe uma dinâmica da ação que realiza o percurso da vivência cotidiana para a denúncia dos processos de exclusão. Trata-se, fundamentalmente, de uma relação de oposição que demanda um certo tipo de ação para a transformação das condições de exclusão do acontecer urbano.

Transformação do espaço: encontros ou confrontos?

A política urbana foi compreendida, assim, como a capacidade de estabelecer estratégias de ação dirigidas à superação da desigualdade no acesso ao bem-estar. A história da política urbana, no nosso país, atesta essa compreensão. Para cada momento histórico, são valorizados diferentes agentes e necessidades nesse sempre evocado, e adiado exercício da transformação.

O que muda em cada período histórico é a estratégia de ação e o agente transformador. Para o planejamento tecnocrático, a capacidade de transformação

é de natureza técnica, cabendo ao especialista identificar processos e hierarquizar ações para o alcance de determinadas metas preestabelecidas nos planos.

A falácia dessa compreensão conduziu à transformação do agente. O técnico é afastado de suas responsabilidades, abrindo-se o caminho para novas formas de organização política da sociedade. A transformação das condições de vida no urbano passa a ser compreendida como resultado de ações de confronto com outros setores da sociedade na luta por investimentos públicos.

Nas duas formulações, entretanto, o objetivo enunciado é o mesmo. Trata-se de transformar em realidade um ideário que aposta na transformação das formas materiais – serviços e equipamentos de consumo individual e coletivo, objetos móveis e imóveis, correspondentes à totalidade do viver na cidade. Formas materiais que resultam de processos de produção específicos decorrentes do investimento capitalista público ou privado.

Penso, entretanto, ser indispensável considerar, para além desses projetos, a estrutura simbólica responsável pela reprodução organizada da exclusão. A exclusão é uma representação social que conduz um grupo a eliminar outro do convívio familiar, institucional e urbano. É, portanto, um sentimento que perpassa os processos de compreensão do espaço e de sua apropriação. O mais grave não é a falta de espaço, mas os sentimentos que conduzem à reprodução da exclusão, através de barreiras, inclusive invisíveis, ao uso igualitário dos bens urbanos. Essa condição pode ser claramente lida na cidade do Rio de Janeiro. Penso, por exemplo, nas formas de apropriação do patrimônio cultural ou ambiental: quem vai ao Centro Cultural do Banco do Brasil? Quem chega à praia de Ipanema?

A exclusão é conformada por condições materiais e representações sociais que movem sentimentos, percepções e símbolos, expressos também no gesto, na fala, no olhar. São esses gestos, falas e olhares que (re)produzem a exclusão, impossibilitando sua superação. Um dos movimentos de resistência mais importantes à experiência da exclusão foi o “Black is beautiful”. O negro é bonito, é lindo. Essa afirmação restaura a possibilidade do amor por si próprio, trazendo toda a beleza da condição negra e afirmando a identidade através de um discurso socialmente apropriado. A condição negra na sociedade americana de hoje certamente também resulta da construção da identidade *beautiful* do negro americano. O fundamento dessa resistência é de natureza simbólica, sendo associado à valorização do corpo e da cultura. Esse é um movimento social pela inclusão, contra a exclusão do *apartheid*, do colocar à parte nos Estados Unidos.

Esse é um movimento que visa, também, a transformar representações sociais, fazendo valer o amor a si próprio para ser amado. Tal condução da ação altera a compreensão da exclusão, transpondo, ao excluído, elementos e responsabilidades pela ação. Encontrar a si mesmo, para confrontar

positivamente o outro, é um movimento que também se realiza no campo das representações sociais, de natureza psicocultural, podendo fazer avançar o processo de transformação social e possibilitar a transformação do confronto em encontro. O encontro com os iguais e a interação com os diferentes são condições de superação de representações sociais responsáveis pela reprodução da exclusão no espaço urbano.

As relações espaço-temporais têm uma relevante dimensão cotidiana, que não pode ser menosprezada (Léfèbvre, 1978; Certeau, 1994). Assim, é preciso constituir um espaço-tempo de interação que permita a troca e a identificação e não, apenas, o confronto. O encontro pode permitir a constituição desse lugar-tempo, partilhado pelos iguais.

A constituição de lugares libertários de interação depende do entrecer das diferentes idéias que formam o coletivo e que podem conduzir à elevação da condição de vida de todos. O espaço de interação é como um tecido que se forma pela ação dos múltiplos agentes; cada um tece um fio, no sentido de realizar um conjunto de idéias condutoras da ação em benefício da apropriação coletiva dos múltiplos processos e espaços de vida, no cotidiano das cidades. Estes são desafios postos, inclusive, pela crise da cidade industrial.

Bibliografia

- Arendt, Hannah 1993 *A dignidade da política* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará).
- Arendt, Hannah 1994 *Sobre a violência* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará).
- Baudrillard, Jean 1995 *Para uma crítica da economia política do signo* (Rio de Janeiro: Effos).
- Baudrillard, Jean 1999 *A troca impossível* (Paris: Galilée).
- Bourdieu, Pierre 1998 *O poder simbólico* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Certeau, Michel 1994 *A invenção do cotidiano* (Petrópolis: Vozes).
- Couto, Beatriz Alencar d'Araujo 1999 *Trabalho intelectual coletivizado, produção, conhecimento e reconhecimento*. Tese de Doutorado (Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ).
- Ferraz, Sônia Maria 1999 *A favela como lugar da operação Rio*. Tese de Doutorado, ECO/UFRJ.
- Giddens, Anthony 1993 *A transformação da intimidade* (São Paulo: Editora da UNESP).
- Goifman, Kiko 1998 *Valetes em slow motion* (São Paulo: Unicamp).
- Lefèbvre, Henri 1978 *Introdução à modernidade: prelúdios*, (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Lessa, Carlos 1999 "Palestra proferida no Seminário Repensando as Políticas Públicas e a Ação na Cidade" (Rio de Janeiro) IBAM, Novembro.
- Rabinovitch, Gérard 2000 *Questions sur la Shoah* (Paris: Edition Milan).
- Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Milton 1994 *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, (São Paulo, Hucitec).